

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR CONSELHEIRO RELATOR GILBERTO DINIZ DO EGRÉGIO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS.**

PROCESSO N. 1.104.850

Natureza: DENÚNCIA

Denunciantes: Bétria Engenharia Ltda.

Denunciada: CONSÓRCIO PÚBLICO PARA GESTÃO INTEGRADA – CPGI

ALEXANDRE DE CÁSSIO BORGES, Presidente do Consórcio Público para Gestão Integrada – CPGI e RUTE FERNANDES NOVAES, Presidente da Comissão Especial de Licitações, já regularmente constituídos nestes autos, vem à presença de Vossa Excelência, após tomar conhecimento do Parecer da Coordenadoria de Fiscalização de Concessões e Privatizações, expor o quanto segue.

Relembra que nas Justificativas apresentadas foi informado que a sessão de recebimento e abertura das Propostas Comerciais do referido certamente licitatório já havia ocorrido no momento do recebimento da intimação deste Egrégio Tribunal, momento em que foram recebidas ofertas de nada menos que 8 (oito)¹ concorrentes, sendo a classificada em primeiro lugar a concorrente que apresentou um desconto do preço de referência da ordem de R\$ 552.000,00 (quinhentos e cinquenta e dois mil reais) ou, especificamente, um desconto expressivo de **45,65% (quarenta e cinco vírgula sessenta e cinco por cento)**. (Doc. n. 01)

Relembra ainda que não houve aviso de intenção de recurso, tendo todas as participantes declinado de sua intenção de recorrer referente à fase de Classificação das Propostas Comerciais, de sorte que o certame prosseguiu para a análise da documentação de habilitação, cujo resultado foi publicado no dia de 13/08/2021. (Doc. n.02)

¹ As concorrentes foram: 1. BRASILUZ ELETRIFICAÇÃO E ELETRÔNICA LTDA, CNPJ 18.680.121/0001-97; 2. CONSÓRCIO CIMCOP – ECOLÓGICA (COMPOSTO PELAS EMPRESAS CIMCOP S/A ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, CNPJ 17.161.464/0001-82 E ECOLÓGICA SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ 04.201.601/0001-13); 3. CONSÓRCIO IP SUL DE MINAS (COMPOSTO PELAS EMPRESAS RH ENGENHARIA LTDA, CNPJ 04.059.159/0001-32 E GCE S/A, CNPJ 05.275.229/0001-520; 4. CONSÓRCIO IP BRASIL (COMPOSTO PELAS EMPRESAS SELF ENGENHARIA LTDA, CNPJ 19.187.475/0002-67 E MOBIT – MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA, CNPJ 16.383.848/0001-87); 5. CONSÓRCIO SMART CPGI (COMPOSTO PELAS EMPRESAS SPLICE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ 06.965.193/0001-28 E RT ENERGIA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ 11.091.314/0001-63); 6. CONSÓRCIO CPGI ILUMINAÇÃO (SERRANA ENGENHARIA LTDA, CNPJ 83.073.536/0001-64 E EBS – EMPRESA BRASILEIRA DE SANEAMENTO LTDA, CNPJ 17.873.007/0001-10); 7. CONSÓRCIO CONCIP SUL DE MINAS (COMPOSTO PELAS EMPRESAS SIGMA ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ 25.898.180/0001-00 E GEOTECH BRASIL LTDA CNPJ 26.764.536/0001-77); E 8. QUARK ENGENHARIA, CNPJ 12.496.490/0001-48.

Ainda, diante da ausência de despacho que determinasse a suspensão do processo seletivo em análise, procedeu a Comissão Especial de Licitação com os tramites legais do processo. (Doc. n.03)

O CONSÓRCIO SMART CPGI, classificado em 1º lugar foi habilitado, vista ao cumprimento de todas as exigências editalícias e ausência de recursos administrativos, relativos à esta fase do processo, posteriormente o referido consórcio foi declarado LICITANTE VENCEDOR, convocando-o para apresentar o Plano de Negócios (Doc. n. 04), que assim o fez dentro do prazo estipulado, (Doc. n.05), que foi submetido a análise.

Após detida verificação, conclui-se pela aprovação do Plano de Negócios ofertado aos termos do Edital, conforme consta da “Ata de Análise do Plano de Negócios” acostada como documento n.06.

Após restar claro que a melhor oferta financeira veio apresentada por concorrente que atendeu a todos os critérios de habilitação e, ainda, era economicamente viável, foi o Processo Administrativo submetido a revisão jurídica.

O parecer do Assessor Jurídico do Consórcio Público para Gestão Integrada – CPGI, concluiu que “diante do que me foi apresentado e do contido no edital do Processo Licitatório em referência, cuja modalidade é o Concorrência Pública, tenho a informar que este processo se encontra em conformidade com os preceitos estabelecidos na Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, sendo que o certame ocorreu dentro do que se espera e reza a lei, havendo as empresas estarem em conformidade com o que foi solicitado no instrumento convocatório”. (Doc. n.07).

Ao final, o Parecer Jurídico anota que:

“Porém, o processo 1104850 que tramita no Tribunal de Contas de Minas Gerais oriundo da denúncia conforme anexo aos autos que visa discutir alguns pontos impugnados, na presente data está na fase “ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO TÉCNICO”, assim conforme orientado pelo TCE/MG, a administração não deve firmar contrato até que tenha manifestação do referido órgão.”

O relatório jurídico refere-se, claro, à recomendação desta E. Corte no sentido de que o Contrato de Concessão Administrativa não seja assinado até a análise desta Egrégia Corte.

Desta feita, com base no relatório jurídico, o Presidente de CPGI, homologou o processo licitatório, vista à sua legalidade, para que produza seus efeitos jurídicos, bem como adjudicou o objeto ao Consórcio SMART CPGI, vencedor licitante. (Doc. n. 09)

Respeitando à recomendação desta D. Corte de Contas, citada acima, razão pela qual, o Presidente do Consórcio Público para Gestão Integrada – CPGI, abster-se de convocar a Licitante Vencedora pra realizar a assinatura do contrato, ficando então o processo paralisado até o pronunciamento desta C. de Contas.

É de suma importância ressaltar que, muito embora os esclarecimentos deste Consórcio já tenham sido encaminhados, estas informações são complementares e imprescindíveis para auxiliar na formação do convencimento deste E. Tribunal sobre a correção dos atos praticados no curso do certame à fundo, visto que no Parecer da Coordenadoria de Fiscalização de Concessões e Privatizações, ao passo que em síntese pontuou conforme abaixo:

“No sítio do consórcio público, até a data limite para entrega do presente relatório, 10.09.2021, não foi possível encontrar informações acerca da realização ou não da entrega das propostas no sítio da licitante”

O documento elaborado pela Coordenadoria de Fiscalização de Concessões e Privatizações é detido e providencia a análise profunda dos pontos suscitados pela denunciante. (Doc.n.08)

Contudo, e com o respeito devido, repousa em premissa equivocada.

Note-se que a informação relativa à entrega e abertura das propostas comerciais consta do site do CONSÓRCIO PÚBLICO PARA GESTÃO INTEGRADA – CPGI, na subpágina <http://consorciopublicointegrado.com.br/licitacoes-1/02-2021-ppp-iluminacao-publica/>

Ali se pode verificar todo o conteúdo da Ata da sessão pública do dia 02/08/2021, onde é registrada a abertura e análise das propostas comerciais nos termos da Lei e do Edital.

Aproveitamos o ensejo para relatar aqui todos os links já disponíveis:

- ✓ ATA DE ABERTURA – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2021 – CONCORRÊNCIA PÚBLICA DE Nº 004/2021 <http://consorciopublicointegrado.com.br/wp-content/uploads/2021/07/Ata-de-Abertura-PL-No-008.2021-CP-No-004.2021-02.08.2021.pdf>
- ✓ DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
<https://drive.google.com/drive/folders/1q2NvrGKujuPWWy35bt8SAQ3Cu8u6XByS>
- ✓ ATA DE HABILITAÇÃO
<http://consorciopublicointegrado.com.br/wp-content/uploads/2021/08/Ata-de-Habilitacao-assinada.pdf>
- ✓ RESULTADO DE HABILITAÇÃO
<http://consorciopublicointegrado.com.br/wp-content/uploads/2021/08/Doc.n.01.Publicacao-Consorcio-Smart-CPGI-habilitado-13.08.2021.pdf>
- ✓ RESULTADO DE JULGAMENTO HABILITAÇÃO
<http://consorciopublicointegrado.com.br/wp-content/uploads/2021/08/Publicacao-Licitante-Vencedor-24.08.2021.pdf>
- ✓ PLANO DE NEGÓCIOS – CONSÓRCIO SMART CPGI
<http://consorciopublicointegrado.com.br/wp-content/uploads/2021/08/Plano-de-Negocios-Consorcio-Smart-30.08.2021-1.pdf>
- ✓ ATA DE ANÁLISE DO PLANO DE NEGÓCIOS
<http://consorciopublicointegrado.com.br/wp-content/uploads/2021/08/Ata-de-Analise-do-Plano-de-Negocio-31.08.2021.pdf>
- ✓ PUBLICAÇÃO ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO – 17/09/2021
<http://consorciopublicointegrado.com.br/wp-content/uploads/2021/08/Publicacao-Homologacao-e-Adjudicacao>

Importa ainda anotar que nos parece que nossos esclarecimentos protocolados no dia 11/08/2021 não chegaram às mãos da Coordenadoria de Fiscalização de Concessões e Privatizações por ocasião de sua análise, fato este que a levou a não considerar que o presente certame adotou a solução de inversão de fases, razão pela qual na sua conclusão observou o quanto se segue:

“Conforme citado no item 2 desta análise, não foram encontradas informações em relação à abertura ou não das propostas até a presente data. Em relação aos

apontamentos trazidos pela denúncia, considerados procedentes, o entendimento da área técnica é o que segue:

- Sobre a exigência de qualificação técnica exigindo experiência prévia em iluminação cênica, conforme item 9.3. do edital, caso as proponentes não sejam capazes de demonstrá-la, entende-se que essas não deverão ser desclassificadas.

E relação aos dois itens elencados a seguir, embora se reconheça a existência de vícios, entende-se que não são suficientemente gravosos a ponto de ensejar a suspensão do edital. Sugere-se, entretanto, que se proceda com os ajustes apontados para fins de lisura.

- Que acrescentem no sítio da concorrência pública <http://consorciopublicointegrado.com.br/>, errata do edital contendo texto completo e correto referente ao item 14.11, conforme elencado no item 4.6 da presente análise.
- Que, apenas para o caso de empresas proponentes que se encontrem em recuperação judicial, seja exigida a apresentação de certidão emitida pelo juízo competente atestado que a mesma possui aptidão econômica e financeira para participar do certame conforme o acórdão 1201/2020 Plenário do Tribunal de Contas da União.”

Por tal motivo, é importante informar a esta E. Corte que que **nenhuma empresa foi desclassificada ou inabilitada**, por ausência de documento comprobatório de qualificação técnica de experiência prévia em iluminação cênica, conforme item 9.3. do edital.

Ao passo que, nenhuma licitante ou empresa reunida em consórcio que teve seu envelope de habilitação aberto se encontrava em recuperação judicial, que fosse preciso a realização de ser exigida certidão emitida por juízo competente atestando que a mesma possuía aptidão econômica e financeira para participar do certame.

Com relação ao reclamo do conteúdo do item 14.11, conforme elencado no item 4.6 no relatório da Coordenadoria de Fiscalização de Concessões e Privatizações, importa informar que a disponibilização do resposta aos pedidos de esclarecimentos, passa a fazer parte integrante do

Edital, tendo efeito prático idêntico ao de uma eventual errata, desta feita, foi publicado resposta ao pedido de esclarecimento, com a numeração correta, no sítio eletrônico do Consórcio Público para Gestão Integrada, que pode ser verificado no seguinte link <http://consorciopublicointegrado.com.br/wp-content/uploads/2021/07/Resposta-ao-Esclarecimento-6-assinado.pdf>. Oportunamente ainda informamos, que não houve qualquer prejuízo ao entendimento dos concorrentes.

Ademais, vale lembrar, que no certame, concorreram, nada menos que 8 (oito) licitantes, entre empresas e empresas reunidas em consórcios, **sendo este número muito superior à média encontrada em outros certames deste Consórcio**, e mesmo da vasta maioria dos municípios integrantes, demonstrando assim que o certame encontrou seu pleno objetivo: contratar em ambiente de ampla competição, concorrente habilitado para executar o objeto proposto.

É nosso dever, ainda, informar que a oferta financeira proposta pela empresa classificada em primeiro lugar, e cuja documentação de habilitação se provou acertada, representa uma economia aos cofres públicos da ordem de aproximadamente R\$ 219.817,22 (duzentos e dezenove mil, oitocentos e dezessete reais e vinte e dois centavos) por mês.

Veja-se que toda a premissa da tese da denunciante é no sentido de que a construção do Edital estaria a impedir a ampla competição e o encontro de uma proposta comercial competitiva e interessante para os cofres públicos.

Todavia, a realidade encontrada no curso do certame é exatamente oposta. Somente ela, a denunciante, que entendeu que o edital conteria equívocos e, na data aprazada, compareceram nada menos que 8 (oito) concorrentes, em nada menos que 16 (dezesseis) empresas (considerando os consórcios formados, tais sejam: 1. BRASILUZ Eletrificação E Eletrônica Ltda, CNPJ 18.680.121/0001-97; 2. Consórcio CIMCOP – Ecológica (Composto pelas empresas CIMCOP S/A Engenharia E Construções, CNPJ 17.161.464/0001-82 E Ecológica Serviços E Empreendimentos Ltda, CNPJ 04.201.601/0001-13); 3. Consórcio IP SUL DE MINAS (Composto pelas empresas RH Engenharia Ltda, CNPJ 04.059.159/0001-32 E GCE S/A, CNPJ 05.275.229/0001-520; 4. Consórcio IP BRASIL (Composto pelas empresas Self Engenharia Ltda, CNPJ 19.187.475/0002-67 E Mobit – Mobilidade, Iluminação E Tecnologia Ltda, CNPJ 16.383.848/0001-87); 5. Consórcio SMART CPGI (Composto pelas empresas Splice Industria, Comercio E Serviços Ltda, CNPJ 06.965.193/0001-28 E RT Energia E Serviços Ltda, CNPJ 11.091.314/0001-63); 6. Consórcio CPGI ILUMINAÇÃO (Serrana Engenharia Ltda, CNPJ

83.073.536/0001-64 E EBS – Empresa Brasileira De Saneamento Ltda, CNPJ 17.873.007/0001-10); 7. Consórcio CONCIP SUL DE MINAS (Composto pelas empresas Sigma Engenharia Industria E Comércio Ltda, CNPJ 25.898.180/0001-00 E Geotech Brasil Ltda CNPJ 26.764.536/0001-77); E 8. QUARK Engenharia, CNPJ 12.496.490/0001-48.

E, repetimos, a competição levou a classificação em primeiro lugar de um consórcio integrado por empresas que já venceram licitação idêntica conduzida pela cidade de Vila Velha, o que sinaliza a robustez e seriedade da oferta classificada. (<https://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/2020/08/leilao-da-ppp-de-iluminacao-de-vila-velha-na-b3-garante-desagio-de-62-a-cidade-31178>)

E ainda mais. Com uma oferta de desconto superior a 40% (quarenta por cento) do gasto atual.

Tais fatos (falta de questionamento por outros concorrentes, comparecimento de diversos concorrentes e contratação de oferta com considerável desconto) provam que o certame atingiu o objetivo desenhado pela Lei de Regência, motivo pelo qual requer-se que eventuais questões remanescentes com relação à análise da regularidade do procedimento levem em consideração esta realidade, bem como a importância da rápida contratação do objeto licitado para os cofres públicos e interesse social.

Desta feita, requer-se que este Ilustre Relator considere os presentes esclarecimentos para reapreciar a instrução dos autos para verificar se a recomendação de folhas para a não assinatura do Contrato Administrativo ainda encontra amparo ante os esclarecimentos e documentos já encaminhados, abrindo assim caminho para convocação do licitante vencedor para assinatura do contrato, entre nada menos que 8 (oito) propostas, ofertou a de melhor valor.

Termos em que,

Pede deferimento.

Andradas – MG, 20 de setembro de 2021.